TERMO DE INEXIGIBILIDADE

TERMO DE INEXIGIBILIDADE

Termo de Declaração de Inexigibilidade de Licitação nº 62/2026-DI

Processo Administrativo nº 80520907.000005/2026-27

Contratante: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, órgão do Poder Judiciário, inscrito no CNPJ/MF sob nº 13.100.722/0001-60 e com sede e foro nesta cidade do Salvador, Estado da Bahia, na Quinta Avenida, nº 560, Centro Administrativo da Bahia – CAB.

Contratado: Bruno de Magalhães Oliveira Costa., pessoa física, inscrita no CPF n.º 997.684.615-00, com endereço na Av. Luis Viana Filho, 00192, Edf. Brise, Torre i, apto. 704, Patamares, CEP: 41.680-400, Salvador - Ba.

Objeto: ministrar aulas específicas do Curso "Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação - Turma Gestores TJBA 2026, na modalidade híbrida.

Serão ofertadas **30 (trinta) vagas por turma**, totalizando 90 (noventa) participantes - serão ofertadas 03 (três) turmas previstas para as datas de 23/09/2026 (4 horas - turma 5 - presencial), 07/10/2026 (4 horas - turma 6 - online), 21/10/2026 (turma 7 - presencial – 4 horas), conforme a proposta comercial da palestra aprovada nos autos do processo SEI nº. 80520907.000005/2026-27.

Valor Total: R$ 4.231,52 (quatro mil, duzentos e trinta e um reais e cinquenta e dois centavos).

Datas de execução: 23/09/2026, 07/10/2026 e 21/10/2026.

Base Legal: Art.72 e 74, III, alínea "f" da Lei Federal n. 14.133/2021

Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 04.601, Unidade Gestora: 0010 – UNICORP, Projeto: 5438, Elemento de Despesa: 3.3.90.36, Subelemento: 36.007, Elemento de Despesa: 3.3.90.47, Subelemento: 47.001, Fonte: 120, conforme ID 1344679 constante no Processo SEI nº 80520907.000005/2026-27

Desembargador Geder Luiz Rocha Gomes

Diretor-Geral da Universidade Corporativa do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (UNICORP)

Decreto Judiciário nº 594, de 07 de maio de 2026

Documento assinado eletronicamente por **GEDER LUIZ ROCHA GOMES**, **DESEMBARGADOR**, em 21/09/2026, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.tjba.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1454799** e o código CRC **8C83053D**.

Referência: Processo nº 80520907.000005/2026-27	SEI nº 1454799